



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

TERMO

ANÁLISE E JULGAMENTO DO RECURSO ADMINISTRATIVO

PREGÃO ELETRÔNICO: Nº. 158/2022/ALFA/SUPEL/RO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.: 0037.565408/2021-48

OBJETO: Registro de preços visando a aquisição de Meios Auxiliares de Locomoção e Apoio consistente em 33 (trinta e três) Cadeiras de Rodas para uso cautelado/temporário dos Membros das forças de Segurança Pública, que compõem a SESDEC - RO, e seus dependentes, com deficiências temporárias

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL, através de seu Pregoeiro, designado por meio da Portaria Nº 30/CI/SUPEL/RO publicada no DOE do dia 09.03.222, em atenção ao **RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto pela empresa **IMPOL COM., SERV. E REP. EIRELI**, já qualificada nos autos do processo em epígrafe, com base no Princípio da Vinculação ao Edital, da Legalidade e demais princípios que regem a Administração Pública e na legislação pertinente, passa a analisar e decidir o que adiante segue.

I – DA ADMISSIBILIDADE

1. A empresa **IMPOL COM., SERV. E REP. EIRELI**, manifestou sua intenção de recurso em momento oportuno e anexou suas razões de recurso junto ao Sistema Comprasnet, conforme consta nos autos (0029215651).
2. Ressalta-se que a empresa **ORTOPEDIA CATARATAS EIRELI**, manifestou sua intenção de recurso de forma **INTEMPESTIVA**, após o prazo de recurso, aproveitando-se da **CONTRARRAZÃO** em desfavor a empresa inicialmente habilitada, **LONDRINASHOP**.
3. Assim, à luz do Artigo 4º, incisos XVIII da Lei Federal nº 10.520/2002 e Artigo 26 do Decreto Estadual nº 12.205/2006, a Pregoeira recebe e conhece o Recurso interposto, por reunir as hipóteses legais, intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade, sendo considerado TEMPESTIVO e encaminhado POR MEIO ADEQUADO.

II – DAS RAZÕES DO RECURSO

4. Trata-se de Recurso Administrativo interposto pela empresa **IMPOL COM., SERV. E REP. EIRELI**, devido a decisão da Pregoeira que a habilitou a empresa **LONDRINASHOP** em conformidade a **Nota Técnica 31 (0028687499)**.

Em síntese, o recorrente afirma que a *"Empresa vencedora apresentou uma proposta de preço cotando uma Cadeira de Roda que não atende as exigências do edital, Pois no edital termo de referência solicita estrutura em alumínio e não em aço conforme a Empresa Vencedora apresentou no seu prospecto em anexo"*

Por fim, *"DO PEDIDO. Isso posto, em face das razões expostas, requer a esta digna Comissão de Licitação o provimento do presente Recurso Administrativo para o fim de julgar procedente as razões ora apresentadas e RECONSIDERAR A DESCLASSIFICAÇÃO A EMPRESA LONDRIHOSP IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES EIRELI, por não atender a especificação técnica deste edital e termo de referência. Requer ainda que, sendo diverso o entendimento da respeitosa Comissão seja remetido o presente recurso, juntamente com dossiê do processo, para a Autoridade do pregão, para análise e decisão final, segundo o art. 109, da Lei 8.666/93. (grifamos)"*

III – DAS CONTRARRAZÕES DO RECURSO:

5. Em breves registros, a "contrarrazoante" **ORTOPEDIA CATARATAS EIRELI**, solicita a Anulação do ato administrativo, alegando que esta Pregoeira abriu *"o prazo de intenção de recurso sem dar a devida publicidade"*.
6. Noutro ponto solicita a desclassificação da empresa **LONDRINASHOP** por não atender ao Edital, informando que no edital solicita alumínio e a empresa ofertou aço de carbono. Solicita diligência quanto ao produto.
7. Além disso, segue o pedido: *"Receber o recurso administrativo e, ao final, seja dado provimento para: a) Desclassificar a recorrida pelo não cumprimento de cláusulas editalícias e da legislação pertinente. b) Que sejam anuladas todas as fases da licitação ocorridas após o ato ilegal. Requer-se também que seja comunicado o julgamento obrigatoriamente pelos e-mails tiago.sandi@sandieoliveira.adv.br; bruna.oliveira@sandieoliveira.adv.br e contato@sandieoliveira.adv.br, sob pena de nulidade."*

IV – DO MÉRITO – DO JULGAMENTO DO RECURSO

8. Antes de adentrarmos no Julgamento do Recurso, ressaltamos alguns pontos que versa sobre o cumprimento ao Art. 3º, § 1º, I, II da Lei 8.666/93.

9. Os trabalhos desta licitação foram conduzidos em estrita conformidade com os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos e, não menos relevantes, os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade, da eficiência e do formalismo e qualquer alegação contrária não passam de sofismas, lançados com o objetivo apenas de tumultuar o Certame licitatório, o que deve ser rechaçado.

10. Todos os procedimentos realizados foram praticados com total transparência, legalidade e seriedade, como todos os demais coordenados por esta SUPEL.

11. As análises proferidas neste certame foram realizadas com absoluta imparcialidade, objetivo e legalidade, mediante as informações nos documentos apresentados e anexados aos autos, resguardando a Comissão, bem como a Administração, de quaisquer falhas na condução deste, o qual tem a participação ativa e constante dos Órgãos fiscalizadores, tais como Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e Ministério Público.

12. Cumpre-nos ressaltar ainda que, a lei conferiu à Administração, na fase interna do procedimento, a prerrogativa de fixação das condições a serem estabelecidas no instrumento convocatório, seguindo critérios de conveniência e oportunidade de acordo com o objeto a ser licitado e sempre balizado pelo interesse público e normas cogentes.

13. Do mesmo modo, é dever da Administração zelar pela segurança e pela regularidade das ações administrativas, a fim de que não reste qualquer prejuízo à consecução do objeto contratado e, tampouco, resembrados os direitos dos demais licitantes, de acordo com os princípios da Isonomia e da Vinculação ao Instrumento Convocatório.

14. Sem maiores extensões, referente aos pedidos de desclassificação da empresa **LONDRINASHOP** motivada por não atender ao Edital. Informo que a decisão desta pregoeira se deu após a análise da Secretaria demandante, em conforme a **Nota Técnica 31 (0028687499)**.

15. **Mediante o Pedido de Recurso** o processo administrativo foi encaminhado para a SESDEC-FUNESP, obtendo a seguinte retorno quanto ao RECURSO, **Nota Técnica 36 (SEI nº 0029320493)**, vejamos:

16. Nota Técnica 36 (SEI nº 0029320493)

De: Gerência de Convênios

Para: SUPEL-ALFA

Processo n. 0037.565408/2021-48

Assunto: Resposta ao Recurso - IMPOL (0029215651)

Senhora pregoeira,

[...]

ANÁLISE

Cumprimentando-o, e a fim de possibilitar o deslinde do certame licitatório em epígrafe, vimos por meio deste apresentar análise e manifestação quanto ao **RECURSO (0029215651)** formulado pela empresa **IMPOL COM., SERV. E REP. EIRELI**, em detrimento da análise constante na **Nota Técnica 31 (0028687499)**.

Assim prevê o recurso da IMPOL (0029215651):

...

[...]

Pois bem.

Em análise acurada do recurso constata-se que o mesmo merece procedência, senão vejamos:

A empresa Londrihosp - Produtos Hospitalares, apresentou Proposta e Habilitação: **[LONDRIHOSP IMP. E EXP.] (0028662361)**.

Na página 3 do referido documento, tem-se uma proposta com todas as características do produto em total compatibilidade com o Termo de Referência. Todavia, na página 10, onde apresenta o prospecto do produto ofertado pela empresa, observa-se que **algumas características estão diferentes da proposta da página 3 e do Termo de Referência**, senão vejamos:

1) No prospecto presente na página 10 observa-se que a estrutura é feita em aço, ou seja, diferente do solicitado no Termo de Referência que é alumínio.

Justificativa: O aço é um material relativamente mais pesado que o alumínio, o que afeta no peso da cadeira de rodas. A opção por cadeira de rodas em alumínio é indispensável pois a torna bem mais leve e portátil.

2) Também observa-se que no prospecto o sistema "quick release" é presente apenas nas rodas dianteiras, diferente do que é solicitado no Termo de Referência que é nas 4 (quatro) rodas.

Justificativa: O "quick release" nas 4 (quatro rodas) é indispensável pois fornece maior portabilidade ao usuário da montagem e desmontagem.

3) Outro aspecto é quanto ao apoio para os pés, que é articulável/rebatível, diferente do que é solicitado no Termo de Referência que é removível.

Justificativa: Sistema removível é aquele que possibilita a retirada dos apoios de pés e é totalmente de rebatível.

Desta forma, entende-se que o produto oferecido pela empresa Londrihosp não atende inteiramente ao edital, sendo assim, o Recurso - IMPOL (0029215651) merece procedência.

CONCLUSÃO

Com relação a Nota Técnica 31 (0028687499) que afirmou que a proposta atendia ao Termo de Referência, essa se deu, com base nas especificações contidas na página 03 da proposta, contudo, o prospecto apresentado, diverge das especificações solicitadas.

Diante de uma análise acurada pela equipe técnica que participou da elaboração do Estudo Técnico (0022463343), onde confrontou-se as especificações do edital e a do prospecto **[LONDRIHOSP IMP. E EXP.] (0028662361)** **conclui-se que o produto oferecido pela empresa não atende inteiramente ao edital e portanto o recurso merece procedência.**

Neste oportunidade **entendemos pelo prosseguimento do certame** tendo em visto haverem outras empresas que participaram Ata de sessão (0029216027) e que podem atender ao objeto do certame.

Aproveitamos para elevar votos de estima e consideração a este nobre setorial.

FELIPE CÂNDIDO DA SILVA
Assessor V
REGINALDO VALLE DE SOUZA
CB PM - Coordenadoria de Saúde

De acordo
JACKSON ROBLEDO DA SILVA
Gerente de convênios

V – DO JULGAMENTO DA CONTRARRAZÃO:

17. Diante da Contrarrazão da empresa **ORTOPEDIA CATARATAS EIRELI**, mesmo que de forma INTEMPESTIVA vez que a mesma se refere a recurso, esta Pregoeira passa a esclarecer, que não carece da nulidade o referido certame, pois como constante na ATA DA SESSÃO pública (0029216027), página 9, houve a publicidade dos prazos de recurso, senão vejamos:

18.

31/05/2022 08:49

Compras.gov.br - O SITE DE COMPRAS DO GOVERNO

Pregoeiro	18/05/2022 11:08:59	Foi informado o prazo final para registro de intenção de recursos: 18/05/2022 às 11:30:00.
Pregoeiro	18/05/2022 11:48:56	Senhores licitantes, informo que houve intenção de recurso. A Pregoeira cumprindo o disposto no inciso XVIII do artigo 4º da Lei Nº10.520/2002 concedeu o prazo de três dias para a apresentação das razões do recurso,
Pregoeiro	18/05/2022 11:49:06	...ficando os demais licitante desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

Eventos do Pregão		
Evento	Data/Hora	Observações
Alteração equipe	06/05/2022 09:43:01	
Abertura da sessão pública	06/05/2022 10:00:03	Abertura da sessão pública
Julgamento de propostas	06/05/2022 10:12:27	Início da etapa de julgamento de propostas
Alteração equipe	09/05/2022 11:39:34	Pregoeiro Anterior: 93562101287-CAMILA CAROLINE ROCHA PERES . Pregoeiro Atual: 11409894215-ANA VIANA DE SOUZA . Justificativa: Portaria 30 SUPEL/RO
Alteração equipe	09/05/2022 11:41:53	Pregoeiro Anterior: 11409894215-ANA VIANA DE SOUZA . Pregoeiro Atual: 93562101287-CAMILA CAROLINE ROCHA PERES . Justificativa: Portaria 30/2022/SUPEL/RO
Abertura do prazo	18/05/2022 11:08:43	Abertura de prazo para intenção de recurso
Fechamento do prazo	18/05/2022 11:08:59	Fechamento de prazo para registro de intenção de recurso: 18/05/2022 às 11:30:00.

Data limite para registro de recurso: 23/05/2022.
Data limite para registro de contrarrazão: 26/05/2022.
Data limite para registro de decisão: 02/06/2022.

Após encerramento da Sessão Pública, os licitantes melhores classificados foram declarados vencedores dos respectivos itens. Foi divulgado o resultado da Sessão Pública e foi concedido o prazo recursal conforme preconiza o artigo 45, do Decreto 10.024 de 20 de setembro de 2019. Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão às 11:53 horas do dia 18 de maio de 2022, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

CAMILA CAROLINE ROCHA PERES
Pregoeiro Oficial

19. Logo, demonstrado que esta Pregoeira procedeu para toda a publicidade, ressalta ainda que e conformidade com a vinculação de Edital (0028265836) cumprindo assim com todos os atos dispostos no subitem 14 do Edital.

20. Lembra ainda que é dever da licitantes, acompanhar a sessão pública, e para isto manter-se conectada, sendo assim vejamos o que informa o subitem 14.2 e 14.2.1 do Edital.:

"14.2.1. A manifestação de interposição do recurso e contrarrazão, **somente será possível por meio eletrônico (campo próprio do sistema Comprasnet), devendo o licitante observar as datas registradas.**

14.3. **A falta de manifestação imediata** e motivada da Licitante importará a **decadência do direito de recurso** e adjudicação do objeto pelo(a) Pregoeiro(a) ao vencedor."

[...] 14.9.3. **Os recursos interpostos fora do prazo não serão acolhidos"**

21. A licitante ainda em seu pedido INTEMPESTIVO, solicita o encaminhamento dos resultados do recurso se proceda em e-mail

pessoal da empresa, assim deve lembra-la que o Edital no subitem 14.6 é claro quanto as decisões devem ser acompanhada pelo licitante no Sistema Eletrônico

"14.6 A decisão do(a) Pregoeiro(a) e da Autoridade Competente será informada em campo próprio do Sistema Eletrônico, ficando todos os licitantes obrigados a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a)."

22. Diante desse cenário, desnecessário se faz realizar maiores desdobramentos sobre a matéria em discussão, visto que se encontra INTENESTIVO tal pedido de recursos. Em verdade, estamos diante de um comportamento absolutamente reprovável por parte da recorrente.

23. Dessa feita, estando devidamente comprovado a legalidade dos atos desta Pregoeira e o comportamento de tumultuar o certame da empresa **ORTOPEDIA CATARATAS EIRELI**, requer-se, após a apreciação do recurso administrativo, a imediata instauração de processo administrativo sancionatório.

24. Quanto ao pedido TEMPESTIVO da empresa **IMPOL COM., SERV. E REP. EIRELI** passo a decidir.

VI – DA DECISÃO

25. Desta feita, pelas razões de fato e de direito acima aduzidas, conforme consulta aos autos e com base na legislação pertinente, opinamos pelo recebimento do pedido ora formulado, considerando-se **TEMPESTIVO**, o pedido da empresa **MPOL COM. SERV. E REP. EIRELI** julgando-o **PROCEDENTE**, alterando assim quanto a decisão de habilitar a empresa **LONDRINASHOP**.

26. Quanto ao pedido da empresa **ORTOPEDIA CATARATAS EIRELI** e considerando-se **INTENESTIVO e IMPROCEDENTE** quanto a anulação do certame.

27. Submete-se a presente análise e apreciação da Procuradoria jurídica, após o encaminhamento para a decisão do Senhor Superintendente Estadual de Compras e Licitações.

Porto Velho/RO, 13 de junho de 2022

CAMILA CAROLINE ROCHA PERES

Pregoeira ALFA-SUPEL/RO



Documento assinado eletronicamente por **Camila Caroline Rocha Peres, Pregoeiro(a)**, em 13/06/2022, às 13:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0029554941** e o código CRC **9A079DB1**.